

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇO DE ENGENHARIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de serviço de engenharia para execução de levantamento planialtimétrico de terreno de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Rua Moinhos de Vento, nº 67, em Rio Pardo, RS, conforme planilha abaixo. A área total aproximada a ser levantada é de 1.435,00m².

<i>Item</i>	<i>Designação</i>	<i>Descrição</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Unid.</i>
01	Terreno em Rio Pardo - RS	Terreno urbano, com prédio sede do Ministério Público local construído no mesmo, localizado na Rua Moinhos de Vento, nº 67, com ampliação a ser realizada sobre a área pertencente ao terreno do 2º BPM de Rio Pardo.	1.435,00	m²

1.2 O regime de execução será do tipo:

- ☒ empreitada por preço unitário (contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas);
- ☐ empreitada por preço global (contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total).

1.3 O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☐ obra (intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;
- ☒ serviço comum de engenharia (aquele que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- ☐ serviço especial de engenharia (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar como serviço comum de engenharia).

1.4 O serviço é do tipo por escopo, com prazo certo e não continuado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de atendimento ao PGEA 00677.000.392/2023, com o objetivo de subsidiar a avaliação técnica da solução proposta para a ampliação do estacionamento.

3. SOLUÇÃO

Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, art. 9º, inciso I, letra "a", do Provimento n.º 104/2023.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 Este termo de referência é parte integrante do projeto básico, onde se encontram as especificações técnicas necessárias à execução do objeto, em especial nos seguintes anexos:

ANEXO A - Documentação

- PRANCHA-01 - Rio Pardo - Planta de Situação

-PRANCHA-02 – Rio Pardo - Implantação

ANEXO B - Relatório Fotográfico - Topografia Rio Pardo

4.1.1 O levantamento planialtimétrico deverá estar vinculado à rede de referência planialtimétrica do Município, com alinhamento definido em relação a meio fio implantado, e seguir todas as demais orientações da Prefeitura local.

4.1.2 O levantamento deverá incluir também:

- Levantamento planialtimétrico das áreas, com limites, ângulos e direção Norte, com confrontamento das medidas levantadas com as medidas da escritura e/ou planta.
- Indicação de curvas de nível do terreno, intercaladas a cada 25 cm, no caso de terrenos planos, ou a cada 50 cm, no caso de terrenos inclinados.
- **Indicação dos níveis dos terrenos vizinhos não pertencentes à área indicada para o levantamento (sendo no mínimo 3 pontos a cada mudança de direção do levantamento topográfico).**
- Indicação e descrição de benfeitorias e demais elementos encontrados no terreno, como edificações, muros, grades, telas, ruínas, contrapisos, lajes, escadas, passeio e outros, com as respectivas medidas (comprimento, largura, altura), bem como do entorno da área, tendo em vista a implantação de projeto e suas implicações (remoções, demolições, preservação, orçamento, etc.). As divisas do terreno do MP e da área da Brigada Militar

indicada nas plantas em anexo deverão estar perfeitamente identificadas, com descrição do elemento (se existente), seu comprimento e altura.

- Localização de árvores, incluindo descrição da espécie e diâmetro.
- Indicação de postes de energia, caixas de inspeção elétricas e hidrossanitárias e bocas de lobo.
- Indicação clara de piquete de marcação do terreno, para posterior locação da obra.
- Levantamento fotográfico digital do terreno, do passeio e do entorno.
- **O prédio Sede do Ministério Público em Rio Pardo, construído sobre o terreno, deverá estar perfeitamente locado no terreno.**

4.1.3 A equipe de profissionais da empresa contratada deverá possuir disponibilidade para a realização de reuniões técnicas com a Comissão da PGJ, na sede da Divisão de Arquitetura e Engenharia, e para esclarecimento de dúvidas por telefone, a qualquer tempo.

4.2 Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

☐ Não foram adotados

☒ Foram adotados.

- a) A empresa deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados (piquetes, marcos de concreto/tijolos, madeiras, galhos cortados para visadas), priorizando reutilização/reciclagem como agregados (Classe A), vedada disposição em aterros domiciliares, "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos ou áreas protegidas/licenciadas irregularmente;
- b) Resíduos como entulho de piquetes, sobras de marcos ou madeiras devem ser coletados separadamente durante os levantamentos, removidos regularmente sem acumulação no terreno, com comprovação de destinação via ART/MTR ou similar;
- c) A remoção ocorrerá ao final dos serviços ou conforme cronograma, com cuidados para evitar riscos à incolumidade física de funcionários, público e meio ambiente, utilizando EPIs e sinalização, podendo ser dispensada se resíduos forem mínimas e integrados ao projeto sem impacto

4.3 Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM):

☐ Foi adotada.

☒ Não foi adotada.

A não adoção imediata do Building Information Modelling (BIM), em conformidade com a Lei 14133/2023, é justificada ao considerar o estudo de mercado local. Uma análise revela a necessidade de avaliar a maturidade e prontidão das empresas locais em relação ao BIM, permitindo uma transição mais harmônica. Os custos envolvidos, que incluem software, equipamentos e capacitação da equipe, são significativos. A organização deve ponderar esses custos frente aos benefícios esperados, garantindo uma implementação financeiramente sustentável. A integração com construtoras que atuam para MPRS (Ministério Público do Rio Grande do Sul) é crucial, exigindo alinhamento nos processos e sistemas para evitar interrupções nos projetos em andamento. Um projeto de implantação bem estruturado, considerando esses elementos, é essencial para garantir uma transição suave, maximizando os benefícios do BIM no contexto local. (Conforme- Projeto BIM MP RS- SIM 00677.001.006/2022).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Exigências legais

- ☐ Foram verificadas e não existem para o objeto
- ☒ Foram verificadas e são as seguintes:

-ABNT NBR 13133:2021 – Execução de levantamento topográfico – Procedimento

-Outras Normas Técnicas (ABNT) pertinentes ao assunto

5.2 Licenciamento ambiental

- ☒ Não é necessário para o objeto
- ☐ É necessário para o objeto e já há manifestação prévia ou licença concedida.

5.3 Garantia de execução do contrato

- ☒ Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.
- ☐ Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato, no percentual de 5 % computados sobre o valor inicial do contrato. Será também exigida garantia adicional, caso a proposta ofertada seja inferior a 85% (oitenta e cinco) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

5.4. Documentos que antecedem o início da prestação do serviço:

5.4.1 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) devidamente paga e assinada pelo responsável técnico, no prazo de 05 (cinco) dias , a contar do recebimento da nota de empenho.

5.4.2 Cadastrado Nacional de Obras –CNO, nos termos da IN RFB 2061, de 20 de dezembro de 2021:

- ☒ Não há necessidade de cadastramento.
- ☐ Há necessidade de Cadastrado Nacional de Obras –CNO, nos termos da IN RFB 2061, de 20 de dezembro de 2021.

5.4.3 Alvará de Execução da obra, obtido junto a Prefeitura Municipal:

- ☒ Não se aplica para objeto em tela.
- ☐ Há necessidade de apresentação de Alvará de Execução da obra, obtido junto a Prefeitura Municipal 2021.

5.4.4 Planilha de preços unitários:

- ☒ Não há necessidade de apresentação.
- ☐ Deverá ser apresentada Planilha de preços unitários, devidamente especificada conforme proposta da LICITANTE (preços unitários e globais), sendo-lhe permitido alterar apenas os custos dos insumos de material e de mão de obra que compõem cada item da planilha de orçamento resumido da obra.

5.4.5 Seguro de responsabilidade civil profissional:

- ☒ Não há necessidade de apresentação.
- ☐ Deverá ser apresentado Seguro de responsabilidade civil profissional específica para a ART ou RRT emitida, conforme Lei Estadual nº 12.385/05.

5.4.6 Outros documentos que antecedem o início da prestação dos serviços:

- ☒ Não existem outros documentos necessários à execução do serviço
- ☐ Existem outros documentos necessários à execução do objeto, que deverão ser apresentados:

5.5 Programas de Integridade

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

6. PRAZO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1 O serviço, bem como qualquer mobilização de material ou mão de obra, somente poderá ser iniciado após AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS, fornecida pela Divisão de Arquitetura e Engenharia.

6.2 O prazo máximo de execução do **objeto será de 20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento, pela CONTRATADA, da AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO.

6.3 O prazo de vigência contratual será de 06 meses, a contar do recebimento da nota de empenho.

6.4 O objeto da presente contratação refere-se ao prédio das Promotorias de Justiça de Rio Pardo, localizado na Rua Moinhos de Vento, nº 67, em Rio Pardo, RS.

6.4.1 Os trabalhos serão realizados com o prédio em funcionamento em horário comercial; logo, deverá haver planejamento da execução dos serviços, de forma que os mesmos sejam realizados causando o mínimo transtorno possível.

6.4.2 De forma pontual e excepcional, devidamente autorizados pela fiscalização, os trabalhos poderão ser executados em finais de semana e feriados, observada a legislação municipal acerca do silêncio.

6.5 Aditamentos

6.5.1 Somente alterações de projeto propostas pela CONTRATANTE, fatos imprevisíveis e demais situações previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, serão passíveis de aditamento.

6.5.2 Eventuais aditivos à contratação visando a dilatação do prazo de execução serão firmados somente após a análise e aceitação das justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

6.6 Recebimento

6.6.1 Recebimento Provisório

A CONTRATADA deverá realizar uma entrega preliminar do serviço através de e-mail para análise e considerações da FISCALIZAÇÃO. A fiscalização terá até dez dias para análise da entrega preliminar e receber provisoriamente.

6.6.2 Recebimento Definitivo

No Prazo de até 15 dias do recebimento provisório, se o relatório estiver de acordo com as especificações deste instrumento, o serviço será recebido em definitivo. A entrega definitiva deverá incluir ART ou RRT ou TRT registrada, bem como o relatório topográfico devidamente assinado pelo Responsável Técnico.tela

A documentação deve ser encaminhada para os e-mails georgia@mprs.mp.br e upc@mprs.mp.

6.6.3 No caso de arquivos CAD, deverá ser fornecida a configuração de penas utilizadas para o desenho, anexa ou no próprio arquivo. Também deverão ser acompanhados de uma versão para impressão direta, nos formatos PLT ou PRN. A nomenclatura de todos os arquivos deverá estar de acordo com seu conteúdo.

6.6.4 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço.

6.6.5 O não recebimento do serviço está sujeito à multa definida neste Termo.

6.7 Prazos e condições de garantia

6.7.1 O prazo de garantia dos serviços de levantamento topográfico, incluindo dados, plantas, modelos digitais e relatórios associados, contra vícios de qualquer natureza (tais como imprecisões em cotas, desalinhamentos planimétricos ou omissões de feições relevantes), é de **cinco anos**, a contar do dia seguinte ao recebimento definitivo, sem prejuízo da responsabilidade civil (Código Civil, art. 618). Atenção: havendo ressalvas no Memorial Descritivo, referenciar explicitamente, identificando prazos distintos ou item correspondente.

6.7.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA ficará responsável por todos os encargos decorrentes de vícios ou defeitos nos serviços executados, incluindo correção de dados e republicação de entregáveis sem custo adicional.

6.7.3 Verificada a hipótese do item 6.10.2, a CONTRATADA será notificada por escrito, concedendo-se prazo de **10 (dez) dias** para atendimento. O prazo poderá ser reduzido ou ampliado conforme gravidade (ex.: erros críticos afetando segurança de obras) ou complexidade, evitando prejuízos às partes. Sem manifestação, o CONTRATANTE providenciará a correção, ressarcindo-se dos valores pela CONTRATADA.

6.7.4 A partir do sexto ano do recebimento definitivo, a garantia dos serviços passará a ser subjetiva, exigindo prova de culpa para responsabilização.

6.7.5 O prazo da garantia inicia-se no dia seguinte ao recebimento definitivo dos serviços, nos termos do art. 140 da Lei 14.133/2021.

6.8 Subcontratação:

☒ É vedada a subcontratação.

☐ É autorizada a subcontratação

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

7.1 A prestação do serviço será formalizada

☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

☐ Contrato

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 Gestão e fiscalização:

7.4.1 A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal.

7.4.1.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

a) **Fiscal: Arquiteta Daiene Gomes da Luz**, Emails, upa@mprs.mp.br e daiene@mprs.mp.br, fone – 51 32958062.

a) **Fiscal Substituto: Engº Rafael Eder dos Santos**, Emails, engenharia@mprs.mp.br e erafaeleder@mprs.mp.br fone – 51 3295 8062.

7.4.2 As relações mútuas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO. De outra parte, as Ordens de Serviço ou comunicações entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito.

7.5 Direitos e Obrigações

7.5.1 São direitos da CONTRATANTE:

a) Receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

7.5.2 São obrigações da CONTRATANTE:

a) Fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

b) Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA ao local objeto deste contrato.

c) Esclarecer as dúvidas formuladas pela CONTRATADA.

d) Estando os serviços em consonância com o pré-estabelecido, efetuar o pagamento na forma ajustada.

7.5.3 São direitos da CONTRATADA:

a) Receber o valor ajustado, na forma e prazo convencionados.

7.5.4 São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, com a devida taxa recolhida;

b) Prestar os serviços na forma ajustada, responsabilizando-se pela execução dos mesmos, bem como pela fiel observação das especificações técnicas e das diretrizes deste Termo de Referência;

c) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

d) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

e) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

f) Permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

i) Comparecer às reuniões com os fiscais do contrato, quando solicitado.

j) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individuais indicados para elidir a periculosidade e/ou insalubridade, porventura existentes, na execução das tarefas necessárias à realização das diversas etapas do serviço contratado;

k) Manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

7.6 Sanções:

7.6.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

a) multa de por atraso;

b) advertência, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, segundo entendimento da FISCALIZAÇÃO, para as quais a empresa haja concorrido;

c) multa compensatória;

- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- f) A multa poderá ser aplicada Isolada ou cumulativamente, limitada a 30% .

7.6.2 A sanção de multa de que trata a letra “a” do item 7.6.1 poderá ser aplicada no caso de atraso na entrega do objeto ou atraso injustificado na execução dos serviços corretivos apontados no recebimento provisório: percentual de 1% de multa sobre a parcela inadimplida para cada dia de atraso, no máximo de 20 dias;

7.6.3 A sanção de multa compensatória de que trata a letra “c” do item 7.6.1, no caso de inexecução parcial dos serviços, será aplicada no percentual de 10% sobre o valor do saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

- a) Execução dos serviços com qualidade deficiente, com falhas ou em desconformidade com o especificado;
- b) Descumprimento de cláusula contratual ou de norma de legislação pertinente;
- c) Demais situações que caracterizem descumprimento parcial do objeto.

7.6.4 A sanção de multa compensatória de que trata a letra “c” do item 7.6.1, no caso de inexecução total do serviço, será aplicada no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

7.6.5 O CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

- a) Certidão Regularidade – FGTS;
- b) Certidão Regularidade de Tributos Federais;
- c) Certidão Regularidade de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Regularidade de Tributos Municipais;
- e) Certidão Regularidade Trabalhista;

8.2 O documento fiscal deverá ser apresentado:

- ☐ Mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços
- ☒ Após o recebimento definitivo

☐ Misto

8.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas

8.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: Unidade de Gestão Administrativa;
- b) Endereço de e-mail: admengenharia@mprs.mp.br ; e nfengenharia@mprs.mp.br ;
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295 8062.

8.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de serviço expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

8.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal.

8.4 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.6 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.7 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.8 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.8.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos

III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

8.8.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9 PROTEÇÃO DE DADOS

O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

10 SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Critério de julgamento e aceitabilidade dos preços

10.1.1 O critério de julgamento é o de menor preço global.

10.1.2 Em que pese o critério de julgamento acima, os preços unitários também serão verificados, conforme edital.

10.1.3 Não há parcelamento do objeto, de forma total ou em parte (itens ou lotes), por se constituir num todo indivisível.

10.2 Tratamentos diferenciados para microempresas e empresas de pequeno porte (me/epp)

☐ Não se aplica, pois o valor estimado é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (art. 4º da Lei 14.133/2021).

☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06

☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:

☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; (explique)

- o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. (explique)

- O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

10.3 Qualificação técnica

10.3.1 Certidão de registro de pessoa jurídica emitida no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou CFTI – Conselho Federal dos Técnicos Industriais da unidade da federação onde possui sede;

10.3.2 Atestado(s) de capacidade técnico-profissional (is), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico do CREA ou CAU ou CFTI, sendo este profissional vinculado ao quadro da empresa licitante, na data da abertura do certame, que comprove ter sido o profissional responsável **técnico na execução de levantamento planialtimétrico em área urbana ou rural** ;

- a. Para fins da vinculação, as comprovações podem ser as seguintes:

Responsável técnico da empresa; o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

10.3.3 No(s) atestado(s) citado(s) no subitem anterior não serão aceitos aqueles cujo objeto estejam inacabados ou executados parcialmente;

10.3.4 Os requisitos de qualificação técnica são justificados pela complexidade dos trabalhos a executar, que exigem do profissional experiência na área e conhecimento aprofundado das normas técnicas aplicáveis.

■ Visita técnica ou vistoria:

a) **Local a ser vistoriado:** Promotorias de Justiça de Rio Pardo, situada na Rua Moinhos de Vento, nº 67, em Rio Pardo, RS.

Havendo interesse, a empresa licitante **poderá** realizar visita técnica, mediante agendamento junto à Divisão de Arquitetura e Engenharia, no horário das 12 às 18h. Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.

b) Agendamento tratar com: Unidade de Projetos Cíveis.

c) Telefone de contato: (51) 3295 8262

- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos:

a) Justificativa: xxxxx

b) O que deve ser demonstrado e por qual documento: xxxx

- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso:

a) Lei a ser cumprida: xxxx

b) Requisitos: xxxx

- ☐ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:

10.3.3 Qualificação técnica do subcontratado

☒ Não haverá

- ☐ Haverá qualificação técnica do subcontratado.

10.4 Qualificação econômica

10.4.1 Capital Líquido Circulante:

☒ Não será exigido Capital líquido Circulante

- ☐ A empresa licitante deverá comprovar Capital Circulante Líquido:

10.5 Consórcio

☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.

- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio:

a) Justificativa

- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

11. VALOR

O valor do orçamento base da obra obtido através de cotações de mercado é de **R\$ 3.345,00 (três mil trezentos e quarenta e cinco reais).**

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2026

Carlos Alberto de Oliveira Pereira

Unidade de Apoio Técnico

Miguel Simões Neto

Coordenador da Divisão de Arquitetura e Engenharia